

Negócio das barragens: o Diretor-geral da AT está a brincar com o fogo?



O Diretor-Geral da Autoridade Tributária continua sem responder aos seis municípios que se uniram para defender a correta liquidação dos impostos devidos no negócio das barragens.

Estão em causa cerca de 500 milhões de euros em IMT, Imposto do Selo e IRC. Não estamos, por isso, perante uma divergência menor, nem um simples problema burocrático. Estamos a falar de receitas públicas de enorme dimensão e de uma matéria em que qualquer erro pode ter consequências irreversíveis.

Foi precisamente para evitar esses erros que, no passado dia 14 de maio, os seis municípios enviaram ao Diretor-Geral da AT um parecer jurídico qualificado, no qual identificam os aspetos essenciais que devem ser salvaguardados para impedir que as liquidações venham mais tarde a ser anuladas.

Passaram quatro meses e, apesar das insistências, a AT não respondeu aos autarcas, nem mostrou disponibilidade para ter em conta as recomendações que lhe foram enviadas.

O mesmo aconteceu com este Movimento, que enviou à AT, a 4 de maio, um outro estudo sobre esta matéria e solicitou uma reunião para o apresentar e discutir. Também aí, a resposta foi o silêncio.

É difícil compreender este comportamento.

Estes municípios não estão a pedir qualquer favor à AT. Uma parte significativa dos impostos em causa é receita que lhes é devida e o que pretendem é tão simples quanto legítimo: garantir que esses impostos são corretamente liquidados e cobrados.

Os municípios estão apenas a cumprir a mais nobre das funções em Democracia, que é defender os legítimos direitos dos seus munícipes e de todos os portugueses.

É, por isso, difícil compreender que a AT se recuse sequer a ouvi-los.

No caso do IMI das barragens, a AT cometeu sucessivos erros de liquidação que beneficiaram sempre as concessionárias e prejudicaram os municípios e as populações. É exatamente isso que se pretende evitar agora.

Ninguém está a pedir à AT que abdique das suas competências ou da sua autonomia. O que se pede é muito mais simples: que ouça, analise e decida com toda a informação que lhe foi disponibilizada para a ajudar a não voltar a errar.

Estamos a pouco mais de um mês da caducidade do direito à liquidação. Perante este prazo, o silêncio da AT deixa de ser uma falha de comunicação e passa a ter consequências.

Se estes impostos não forem corretamente liquidados, se vierem a ser anulados por erros que foram atempadamente identificados e comunicados, o Estado e os dirigentes envolvidos terão que ser diretamente responsabilizados.

Quem explicará aos municípios e aos portugueses que centenas de milhões de euros se perderam quando houve quem alertasse, estudasse e pedisse para ser ouvido? E, sobretudo, por que razão continua o Diretor-Geral da AT a recusar esse diálogo? É legítimo perguntar a quem serve este silêncio.

Por isso, apelamos novamente ao Senhor Ministro das Finanças para que intervenha e ponha fim a este bloqueio. Damos igualmente conhecimento desta situação ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Primeiro-Ministro.

Requeremos também à Senhora Provedora de Justiça que intervenha, para que seja assegurado aquilo que devia ser elementar numa matéria desta gravidade: transparência, cooperação institucional e defesa do interesse público.

Quando estão em causa cerca de 500 milhões de euros, é bom que todos estejamos conscientes de que mobilizaremos os cidadãos para que as responsabilidades sejam apuradas e tenham consequências.

Que não se conte mais com o silêncio do Povo.